

PROPOSTAS CONSULTA PÚBLICA 1181/2023

Legislação de referência: RDC nº 222/2006

Segue abaixo as alterações propostas para a Consulta Pública 1181/2023. Em suma, evidencia-se a necessidade de alinhamento e integração dos portais da ANVISA com o Portal Único de Comércio Exterior para facilitação dos procedimentos.

Art. 6

Sugestão: Sugere-se que as diretrizes do Portal Único (separação dos fluxos físico e financeiro) sejam aplicadas. Dessa maneira, sugere-se que o início da análise do peticionamento para os processos de importação não esteja sujeito ao pagamento. Entretanto, a conclusão assim poderia ser dependente da efetivação do recolhimento da TFVS.

Além disso, o Programa Operador Econômico Autorizado (OEA), o qual a ANVISA está participando na estruturação do Módulo Integrado, consiste em prover benefícios aos intervenientes. Dessa maneira, sugere-se que exista um parágrafo específico que dê flexibilidade ao recolhimento periódico de TFVS nos casos de habilitados nesse programa.

Art. 20

Sugestão: Adição de novo parágrafo em que, para questão de comprovação do porte da empresa, utilizar a integração com o Portal Único de Comércio Exterior, quando o cadastramento estiver relacionado às operações de exportação ou de importação.

Art.28

Sugestão 1: Adicionar parágrafo de dispensa quando o pagamento for realizado dentro do Portal Único, através do Módulo Pagamentos Centralizados de Comércio Exterior (PCCE), ou sistema que o venha a substituí-lo;

Sugestão 2: Prever o pagamento único e entender o peticionamento como o registro do formulário no Módulo LPCO (Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos), quando as operações sejam realizadas através de Declaração Única de Importação (DUIMP), conforme previsto na RDC 807/23;

Art.35

Conforme a legislação atual, caso seja solicitado algum documento que o Governo Federal disponha, os valores devem ser estornados. Além disso, não devem ser solicitados documentos em papel, considerando o Decreto 11.577.

Sugestão: dessa maneira, sugere-se que existam essas duas previsões na normativa (solicitação de documento disponível pelo Governo Federal; e a solicitação de documentos em papel) para estorno da TFVS.

Art.36

Sugestão: As operações realizadas pelo Módulo PCCE (Pagamentos Centralizados de Comércio Exterior) no PUCOMEX (Portal Único de Comércio Exterior) também estão dispensadas de apresentação de comprovante de pagamento. Recorda-se que, conforme legislação vigente, o PUCOMEX deve ser considerado como o único sistema operativo para o Setor Privado.

Art.40

Sugestão: Adicionar parágrafo prevendo que toda restituição devida deverá ser automaticamente processada se o pagamento tiver sido realizado através do Módulo PCCE (Pagamentos Centralizados de Comércio Exterior) no PUCOMEX (Portal Único de Comércio Exterior). Destaca-se que essa funcionalidade está em pleno funcionamento para a restituição de impostos federais e, portanto, seria aplicável ao cenário da ANVISA.

Organização: SINDASP



Telefone: +55 11 35499832

E-mails: presidente@sindaspcg.org.br

Endereço SINDASP: Av. Paulista, 1337, 22º andar, São Paulo